

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SUAS REALIDADES, SEUS DESAFIOS E ABORDAGENS
INOVADORAS NA ESCOLA ESTADUAL CARLOS IRIGARAY FILHO**

**INCLUSIVE EDUCATION, ITS REALITIES, ITS CHALLENGES AND INNOVATIVE
APPROACHES AT THE CARLOS IRIGARAY FILHO STATE SCHOOL**

**EDUCACIÓN INCLUSIVA, SUS REALIDADES, SUS DESAFÍOS Y ENFOQUES
INNOVADORES EN LA ESCUELA ESTATAL CARLOS IRIGARAY FILHO**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n7-051>

Data de submissão: 03/06/2025

Data de publicação: 03/07/2025

Edna Porto Garcia Johann

Graduação em Pedagogia com Habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental – UNOPAR (2009); Especialização em Psicopedagogia – Faculdade Afirmativo (2010); Professora SEDUC/MT
E-mail: ednaportogarciajohann157@gmail.com

Fábio Junior Paes de Moraes

Licenciado em Ciências Biológicas – UNEMAT (2007); Pós-graduação em PROEJA – IFMT (2019); Especialização em Zoologia – FAMEESP (2023); Professor SEDUC/MT
E-mail: fabiocif31@gmail.com

Helica Gomes Bianchi Cruz

Graduada em Matemática – UEG (2005); Licenciatura em Pedagogia – FARPI (2014); Pós-graduada em Educação Inclusiva com Ênfase em AEE – FATEG; Professora SEDUC/MT
E-mail: helicagb@hotmail.com

Marilia Paula de Oliveira

Licenciada em Artes – UNOPAR (2017); Especialização em Artes Visuais – FAVENI (2021);
Professora SEDUC/MT
E-mail: iamariliapaula@gmail.com

Tatiane Cristina David Zuim

Graduação em Pedagogia com Habilitação em Magistério da Educação Infantil e Séries Iniciais – Centro Universitário de Jales (UNIJALES), 2009; Especialização em AEE – Faculdade Futura, Votuporanga (2024); Professora SEDUC/MT
E-mail: tati_zuim@hotmail.com

Valéria de Souza Leandro Ferreira

Licenciatura Plena em Pedagogia – Faculdades Integradas de Várzea Grande (2007);
Especialização em LIBRAS e Educação Inclusiva – IFMT (2019); Professora SEDUC/MT
E-mail: valeria_anju@hotmail.com

RESUMO

O texto aborda o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Escola Estadual Carlos Irigaray Filho (EECIF), destacando a importância da educação inclusiva para estudantes com deficiências e transtornos. A escola promove um ambiente acolhedor, com Salas de Recursos Multifuncionais e

práticas pedagógicas individualizadas, respeitando o ritmo de cada aluno. Profissionais como professores do AEE e de Apoio Pedagógico Especializado (PAPE) trabalham para garantir autonomia e inclusão. O Projeto Político Pedagógico (PPP) orienta ações que valorizam a diversidade e promovem igualdade. Apesar dos avanços, desafios persistem, exigindo esforço coletivo para uma educação verdadeiramente inclusiva.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT

The text addresses Specialized Educational Services (AEE) at the Carlos Irigaray Filho State School (EECIF), highlighting the importance of inclusive education for students with disabilities and disorders. The school promotes a welcoming environment, with Multifunctional Resource Rooms and individualized pedagogical practices, respecting the pace of each student. Professionals such as AEE and Specialized Pedagogical Support (PAPE) teachers work to ensure autonomy and inclusion. The Pedagogical Political Project (PPP) guides actions that value diversity and promote equality. Despite the progress, challenges persist, requiring collective effort for a truly inclusive education.

Keywords: Inclusive Education. Specialized Educational Services.

RESUMEN

El texto aborda los Servicios Educativos Especializados (AEE) en la Escuela Estatal Carlos Irigaray Filho (EECIF), destacando la importancia de la educación inclusiva para estudiantes con discapacidad y trastornos. La escuela promueve un ambiente acogedor, con Salas de Recursos Multifuncionales y prácticas pedagógicas individualizadas, respetando el ritmo de cada estudiante. Profesionales como los docentes de AEE y de Apoyo Pedagógico Especializado (PAPE) trabajan para garantizar la autonomía y la inclusión. El Proyecto Político Pedagógico (PPP) guía acciones que valoran la diversidad y promueven la igualdad. A pesar de los avances, persisten desafíos que requieren un esfuerzo colectivo para una educación verdaderamente inclusiva.

Palabras clave: Educación Inclusiva. Servicios Educativos Especializados.

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre o Atendimento Educacional Especializado – AEE, a Educação Inclusiva dentro da escola no âmbito do fazer pedagógico, em sala de aula, nos corredores, buscando assim as suas realidades com pontos focais nos estudantes que são atendidos por esta modalidade de ensino, é um desafio que perpassa a sala de aula, logo “incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças” (NETO et al. 2018, p. 90). Nesse sentido o Projeto Político Pedagógico – PPP e as instituições de ensino dentro de suas abordagens administrativas e pedagógicas, bem como, na prática com as questões técnicas que a Instituição de Ensino deve propor e permitir que funcione nesse espaço chamado escola.

Observar na prática, conversar com quem atende às necessidades dos estudantes da educação inclusiva, entender os seus desafios, abordagens pedagógicas e técnicas para desenvolvimento destes sujeitos, possibilitando-lhes autonomia dentro e fora da escola é sem dúvida um dos maiores desafios dos professores, da comunidade escolar e sem dúvida, da família destes sujeitos.

A Escola Estadual Carlos Irigaray Filho – EECIF, tem em sua composição professores, auxiliares, coordenadores, gestão administrativa e pedagógica o comprometimento de lidar com estes estudantes proporcionando-lhes dentro da sua realidade a melhor forma possível para que estes possam ter acesso a escola, ser matriculados, permanecerem dentro da escola e assim concluírem seu período de estudo dentro da Instituição de acordo com sua série.

Vale considerar, que hoje a EECIF, atende estudantes do AEE, no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, nos períodos matutino, vespertino e noturno. Recebendo estudantes das mais diversas atipias como deficiência intelectual, baixa visão, Transtorno do Espectro Autista – TEA, síndromes entre outras.

2 DESENVOLVIMENTO

De acordo o Projeto Político Pedagógico – PPP (2024), da Escola Estadual Carlos Irigaray Filho – EECIF, tem autorização para a oferta da Educação Básica, etapas: Ensino Fundamental e Ensino Médio, e Ensino Fundamental e Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA, pelo período de 01/01/2020 a 31/12/2024. A EECIF, tem o compromisso de proporcionar um ambiente acolhedor e inclusivo para todos os estudantes. Mesmo sendo uma prática diária, o acolhimento e os procedimentos do AEE, são realizados de forma integrada e contínua.

Perfazendo uma análise do e no PPP (2024), no que diz respeito as práticas pedagógicas inclusivas é respeitada a individualidade de cada aluno garantindo um aprendizado efetivo e inclusivo dentro do seu próprio ritmo de aprendizado. Os professores estão sempre atentos às necessidades

individuais, ajustando suas abordagens para garantir que todos possam avançar em seu próprio tempo. Quanto as necessidades específicas, é oferecido suporte aos alunos com transtorno do espectro autista e alunos com deficiências garantindo que todos tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente.

A EECIF, tem uma Sala de Recursos Multifuncionais que promove no ambiente escolar a valorização à diversidade e inclusão, sempre realizando atividades que abordam temas de igualdade e respeito, além de incentivar o diálogo entre os alunos sobre suas vivências e identidades. As Salas de Recursos Multifuncionais atuam de acordo com a Resolução Nº 4/2009, tendo público-alvo da Educação Especial:

- I. Alunos com Deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial;
- II. Alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotipias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação;
- III. Alunos com Altas Habilidades/Superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2009, Art. 4º).

A educação Especial na EECIF, única escola da rede estadual de ensino, que oferta o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio no município de Alto Taquari – MT, é um exemplo de esforço coletivo e compromisso com a inclusão. A escola atende cerca de 40 estudantes considerados público-alvo da educação especial, distribuídos entre os três turnos.

Dentro do grupo de estudantes público-alvo da educação especial - PAEDE, na escola estadual de Alto Taquari, encontramos alunos com deficiências físicas, visuais, intelectuais, transtorno do espectro autista - TEA e múltiplas deficiências. Diante dessa diversidade, os profissionais do – AEE, desempenham um papel essencial ao planejar e preparar atividades personalizadas que atendam às particularidades e individualidades de cada estudante.

O professor da sala de recursos multifuncionais deve: realizar atividades que estimulem a atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, linguagem, entre outros. Deve também proporcionar a interação dos alunos em ambientes sociais, valorizando as diferenças e a não discriminação (BAUCH, 2014 p.10).

O foco desses profissionais é respeitar as limitações específicas de cada aluno, enquanto criam condições para superar as barreiras que dificultam seu desenvolvimento. Essas ações têm como objetivo principal promover a autonomia dos estudantes, permitindo que eles se desenvolvam como indivíduos capazes de atuar na sociedade de forma independente e integrada. “[...] uma sociedade inclusiva vai além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece as atitudes de

aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana [...]” (SASSAKI, 1997, p.169). Assim por meio de estratégias pedagógicas adaptadas e sensíveis, o AEE contribui para formar cidadãos com potencial para explorar e ampliar suas habilidades, sempre respeitando os diferentes modos de aprendizado e as singularidades de cada um.

Para garantir a inclusão e o atendimento adequado a esses estudantes, todos os funcionários da escola desempenham papéis fundamentais, desde a equipe de secretaria, limpeza, merenda escolar, gestão escolar, os professores regentes, Professores de Apoio Pedagógico Especializado - PAPE, professores do AEE e até os assistentes de educação especial.

A inclusão desses estudantes é respaldada por um conjunto de leis e políticas públicas que asseguram seus direitos. O Decreto nº 7.611/2011 define o público-alvo da educação especial como pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) reforça o direito à educação inclusiva, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso ao ensino regular com os apoios necessários. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) assegura o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Constituição Federal de 1988 também é um marco importante, ao estabelecer, em seu artigo 208, o dever do Estado de oferecer atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, de forma gratuita e integrada ao ensino regular. Esses dispositivos legais são complementados por diretrizes internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada pelo Brasil em 2008.

A inclusão vai além da criação de leis; ela exige engajamento e ações práticas que respeitem as individualidades e especificidades de cada estudante. Na escola de Alto Taquari, a colaboração entre os diferentes profissionais é essencial para eliminar barreiras e promover o desenvolvimento positivo dos alunos.

[...] o princípio da inclusão exige uma radical transformação da escola, pois caberá a ela adaptar-se às condições dos alunos, ao contrário do que acontece hoje, quando os alunos é que tem que se adaptar à escola. E ainda, a inclusão não se limita ao atendimento aos indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais, mas demonstra apoio a todos que fazem parte da escola: professores, alunos e pessoal administrativo (DECHICHI, 2001 apud MIRANDA, 2008, p.40).

Nesse sentido, os professores do AEE, por exemplo, desempenham um papel crucial ao oferecer suporte pedagógico especializado, enquanto os assistentes de educação especial garantem que as necessidades específicas dos estudantes sejam atendidas. Já os Professores de Apoio Pedagógico Especializado são os mediadores entre o conhecimento e o aprendizado do aluno, sendo responsáveis

pelas adequações e flexibilizações necessárias para que o aluno consiga se desenvolver de maneira positiva.

Teóricos como Paulo Freire (2011), destacam a importância do diálogo e da construção coletiva do conhecimento no processo de inclusão. “Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2011, p. 93).

Logo para a educação freiriana, educar é um ato de amor e respeito às diferenças, promovendo a autonomia e a participação ativa de todos os envolvidos. Mais que uma declaração, lei ou decreto, é uma política pública necessária nos sistemas educacionais inclusivos, que atendam às diversas necessidades dos estudantes, garantindo igualdade de oportunidades.

A EECIF, exemplifica como a inclusão educacional é um processo contínuo que exige comprometimento, formação e sensibilidade de toda a comunidade escolar. Embora as leis sejam fundamentais para garantir os direitos dos estudantes, é o trabalho coletivo e a valorização das diferenças que realmente transformam a educação em um espaço inclusivo e acolhedor. “Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 1996, p. 23). Dessa forma, a escola não apenas cumpre seu papel legal, mas também promove uma educação que respeita e celebra a diversidade humana.

A inclusão não é apenas um direito, mas também uma oportunidade de construir uma sociedade mais justa e igualitária, “o ato de incluir, é antes de tudo uma lição de cidadania, e respeito para com o próximo” (NETO et al. 2018, p. 90).

O quadro abaixo dá um panorama completo dos estudantes Público Alvo da Educação Especial – EECIF – 2025.

Características dos Estudantes PAEDE	Número de alunos
Deficiência intelectual	9
Deficiências Múltiplas	13
Deficiência Visual	2
Transtorno do Espectro Autista	14

Fonte: Elaborada pelos autores com base nas matrículas PAEDE, 2025.

2.1 RELATOS DE EXPERIÊNCIAS NO AEE DA EECIF

Observação sobre a evolução do AEE, na EECIF, sob a ótica da coordenação pedagógica (2018 – 2025). MPO relata que:

Nos últimos anos, a educação especial no estado de Mato Grosso passou por significativas transformações. Essas mudanças refletem um esforço contínuo para garantir o direito à educação inclusiva e de qualidade para estudantes com necessidades especiais. Entre 2018 e 2025, a

reformulação de leis, a introdução de novos métodos e a ampliação do suporte especializado foram algumas das medidas tomadas para melhorar esse cenário. Essa reformulação incluiu novas diretrizes que passaram a cobrar a elaboração e o acompanhamento de Planos Educacionais Individualizados – PEIs, um instrumento essencial para personalizar o aprendizado de acordo com as necessidades de cada estudante.

Além disso, foram implementados programas de formação continuada para os profissionais da área, de modo a garantir que pudessem oferecer um atendimento mais qualificado. Esses avanços legais e estruturais representaram um marco importante na busca por uma educação mais inclusiva.

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico. (MANTOAN, 2009, p. 120)

Sobre as mudanças no atendimento e suporte profissional, ainda que houvesse avanços significativos, em 2018 observou-se que o atendimento aos estudantes com deficiência apresentava lacunas. O suporte era realizado majoritariamente por auxiliares de turma, especialmente nos casos de estudantes com baixa mobilidade ou condições severas. A ausência de pedagogos especializados nesse período evidenciava a necessidade de maior investimento em profissionais capacitados.

Contudo, o cenário evoluiu progressivamente, tornou-se mais robusto, com a presença de pedagogos especializados e uma atuação mais eficaz das salas de recursos multifuncionais. Essas salas passaram a desempenhar um papel estratégico no desenvolvimento das habilidades dos estudantes, oferecendo recursos adaptados e atendimento individualizado.

“a presença de um aluno com deficiência na escola demandará do Coordenador Pedagógico e de toda a equipe escolar um olhar sensível para enxergar, além da deficiência, um aluno com direitos e deveres, desejos e necessidades comuns a todos os outros, enfim, um ser de aprendizagem” (AGUIAR, 2015, p. 142).

Nesse sentido cabe a coordenação pedagógica o incentivo, a orientação, e implementação das salas multifuncionais, que são projetadas para atender alunos com necessidades específicas, que na EECIF tiveram um notável avanço em sua eficiência ao longo deste período. Equipadas com materiais pedagógicos especializados, tecnologia assistiva e adaptações de acordo com cada tipo de necessidade, elas desempenharam um papel crucial no processo de inclusão.

Além disso, os educadores dessas salas foram capacitados para trabalhar em conjunto com os professores regulares, promovendo a integração dos estudantes nas atividades da sala de aula e assegurando que seus direitos educacionais fossem plenamente respeitados.

O PEI, tornou-se a base para o planejamento e execução das estratégias pedagógicas individualizadas, garantindo que cada estudante tivesse suas especificidades atendidas. Logo, “É pensando criticamente a prática de hoje e de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39). Assim a aplicação do PEI, contribuiu para uma maior inclusão e personalização do ensino, permitindo que os estudantes com necessidades especiais tivessem não apenas acesso ao ambiente escolar, mas também condições de aprender e se desenvolver plenamente.

Vale reiterar que entre 2018 e 2025, o AEE no estado de Mato Grosso passou por mudanças expressivas, que refletiram a busca por maior inclusão e qualidade no ensino. Esses avanços representam não apenas uma conquista para a educação especial, mas também um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Observação sobre a prática em sala de aula do AEE, na EECIF. Professora de Apoio Pedagógico Educacional – PAPE. EPGJ relata que:

Há dois anos, minha trajetória profissional tomou um novo rumo, imposto por uma mudança no sistema educacional do Estado de Mato Grosso. Até então, eu atuava como professora de Ensino Fundamental, mas, com a decisão do governo estadual de não ofertar mais o ensino fundamental I, nas escolas estaduais, minha função teve que ser revista. Foi assim que passei a atuar como PAPE, responsável pelo acompanhamento de alunos com deficiências. Esse novo desafio não foi algo simples, mas o enfrentei com o mesmo compromisso que sempre tive com minha profissão e com uma educação de qualidade. A mudança de função exigiu de mim uma adaptação constante, pois agora minha responsabilidade se expandiu para além do ensino direto, passando a incluir o suporte especializado e personalizado para esses alunos que enfrentam tantas dificuldades.

As condições singulares de cada escola e os contextos vivenciados pelos educadores os desafiam a se reorganizarem, a mudarem concepções, posturas e a promoverem ações pedagógicas que permitam criar e recriar o modelo educativo escolar, considerando todas as possibilidades de ser e de aprender de seus alunos. Portanto, a interação do professor do AEE e do professor de sala regular requer ações em conjunto, tendo como elemento essencial a criatividade na perspectiva de um trabalho coletivo consciente. (BEDAQUE. P. 66. 2014)

A citação acima reflete bem o que acontece em nossa unidade de ensino, visto que atualmente, estou com os mesmos alunos desde o ano letivo de 2024. O que torna o meu trabalho ainda mais significativo, também mais complexo, é que cada um desses alunos possui desafios distintos. Um dos alunos com quem trabalho é portador de deficiência intelectual e motora. Ele ainda não reconhece as letras nem os números, apresenta uma grande dificuldade de absorver conteúdos e, além disso, tem uma deficiência motora que o impede de caminhar sozinho. O outro aluno também possui sérias deficiências neurológicas, além de ser cego de um olho. Cada um desses casos demanda de mim uma

atenção particular, tanto no aspecto pedagógico quanto no emocional, para que eles possam se desenvolver ao máximo dentro das suas limitações.

Meu dia a dia é, sem dúvida, desafiador. A escola em que trabalho, na turma de 9º ano, bastante indisciplinada e com um grande número de alunos que enfrentam dificuldades de aprendizado. Cury argumenta: “Que por trás de cada aluno arredio, de cada jovem agressivo, há uma criança que precisa de afeto.” (CURY, 2003. p.97). logo devemos ter uma profunda reflexão sobre esses alunos, no geral, um verdadeiro desafio até mesmo de alfabetização tardia. Como pedagoga, minha função é acompanhar e apoiar esses alunos na sala de aula. No entanto, essa função nem sempre é clara para todos, especialmente para os professores regentes. É uma situação delicada, pois estou ali para apoiar, mas não posso intervir diretamente na disciplina ou na correção de comportamentos indesejados. Esse espaço entre a minha atuação e as demandas da turma me faz sentir, por vezes, impotente. Eu, que sempre tive controle da sala e sabia como conduzir a aprendizagem de cada aluno, agora me vejo mais na retaguarda, observando os desafios e frustrações desses alunos, mas com poucas ações concretas para mudar essa realidade.

A falta de envolvimento ativo na gestão do comportamento da turma também gera um sentimento de frustração. Antigamente, eu era a responsável por conduzir a classe, garantir a organização e intervir nas situações que exigiam correção. Hoje, tenho que me limitar a observar, não podendo nem mesmo corrigir uma atitude inadequada sem que isso pareça ser uma intrusão no papel do professor regente. Esse distanciamento das funções e o não reconhecimento da minha importância para o desenvolvimento da turma em si acaba gerando um desconforto, tanto para mim quanto para os alunos.

Por mais que as escolas ofereçam um ambiente diversificado, a adaptação real às necessidades dos alunos com deficiências ainda é um desafio. Quando falamos de inclusão, precisamos entender que isso vai além de apenas garantir o acesso dos alunos com deficiência à sala de aula regular. A verdadeira inclusão exige que o ambiente escolar seja preparado para atender a esses alunos de forma adequada, oferecendo suporte pedagógico, emocional e físico. No meu caso, vejo que, por mais que a turma tenha espaço para todos, as necessidades dos alunos com deficiência acabam sendo ofuscadas pela realidade de uma turma cheia de desafios comportamentais e dificuldades de aprendizagem. Muitas vezes, sinto que esses alunos não conseguem desenvolver seu potencial, pois o ambiente ao redor deles não está suficientemente adaptado para suprir suas necessidades.

O que me motiva a continuar nessa jornada, apesar dos desafios, é ver o progresso, ainda que pequeno, dos meus alunos. Como escreveu o patrono da educação brasileira: “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (FREIRE, 2019, p. 127). Cada conquista, por menor que seja, é

uma vitória para eles e para mim. Sei que minha atuação é essencial para a vida deles e que estou fazendo a diferença, mesmo que em momentos de frustração e incerteza. O caminho da inclusão é longo e cheio de obstáculos, mas acredito que estamos no caminho certo. Não é fácil, mas a educação é um dos maiores instrumentos de transformação, e é isso que me faz seguir adiante, enfrentando os desafios diários com a esperança de que, um dia, conseguiremos oferecer uma educação verdadeiramente inclusiva e de qualidade para todos.

Observação sobre a prática em sala de aula do AEE, na EECIF. Professora de Apoio Pedagógico Educacional – PAPE. HGBC, relata que:

Para relatar minha experiência pedagógica na área da inclusão devo ressaltar que tudo começou no ano de 2016, quando comecei a atuar na educação inclusiva em Santa Helena de Goiás, foi um trabalho fundamental e desafiador. Na ocasião fui inserida num processo que antes era algo distante da minha realidade. Foi então que descobri que a empatia é a palavra que define meu trabalho pedagógico e que é necessário buscar um ambiente mais leve, acolhedor e produtivo para esses alunos.

Atualmente estou como PAPE na SEDUC/MT, assistindo quatro alunos atípicos simultaneamente, demonstrando meu compromisso com a diversidade e a inclusão. Considero que sou uma verdadeira defensora deles, entendendo cada olhar, cada gesto, e trabalho para que se sintam confortáveis e façam parte do processo de aprendizagem. É necessário ter amor pela inclusão, pois é esse sentimento que torna o trabalho menos exaustivo e mais humanizado. O professor Gabriel Chalita apresenta: “Trata-se apenas de um novo olhar para esse universo a ser descortinado. Um olhar de afeto, um olhar amoroso. Educação e afeto.” (CHALITA, 2004. p.11).

OS alunos que auxilio atualmente apresentam dificuldades em tarefas aparentemente simples, como organizar materiais, ir ao banheiro sozinho, estabelecer um diálogo, sair da rotina entre outros, isso para eles podem representar um grande desafio devido às suas limitações. Mesmo diante de disso, aprendo com eles todos os dias, percebo suas capacidades e habilidades, que muitas vezes não são vistas por outros alunos considerados “normais”.

A inclusão é um caminho muito longo a ser percorrido, percebo que a educação tem muito a agregar nesse processo inclusive quando se trata de deficiência visual e verbal, pois não temos profissionais qualificados para atender esses alunos de forma eficiente e com equidade.

Contudo a inclusão vai além dos conteúdos, ela rompe barreiras pedagógicas e promove a humanização do processo de ensino. Como Paulo Freire diz, aprender com as diferenças é fundamental, e esse trabalho exemplifica isso com muita dedicação e amor.

4 CONSIDERAÇÕES

Para além daquilo que pode ser medido, este trabalho se atreve a fazer uma análise da prática pedagógica inclusiva, na EECIF, apresentar o que é feito e deve ser seguido e elogiado, vale apresentar que “[...] uma escola que atende a diversidade de todos os seus estudantes é uma escola que constrói uma cultura inclusiva no seu dia a dia, tendo como fundamento do trabalho pedagógico ser uma escola que não exclui nenhum dos seus participantes” (CEARÁ 2019. P. 39). O que tem como meta cada vez mais melhorar o atendimento e a práxis pedagógica.

Ainda há um longo caminho a percorrer, muito estudo e esforço coletivo pela frente. Parafraseando o PPP da EECIF, que tem em seus direcionamentos e metas, a busca do respeito à individualidade de cada aluno, garantindo um aprendizado efetivo e inclusivo. Reconhecer que cada estudante tem seu próprio ritmo de aprendizado oferecendo apoio e adaptações quando necessário. A escola tem o compromisso em assegurar que todos os estudantes recebam a mesma atenção em sala de aula. Isso inclui a implementação de estratégias que promovam a participação ativa de cada aluno, independentemente de suas características ou origens.

Os resultados obtidos, as conversações, as trocas de experiências, na sala de aula, e no AEE nos mostrou o quanto já temos caminhado, evoluído e contribuído com nossos alunos. Vejamos o que o autor cita:

Enfim, o futuro da Educação Inclusiva no nosso país dependerá de um esforço coletivo, que obrigará uma revisão na postura de pesquisadores, políticos, prestadores de serviços, familiares e indivíduos com necessidades educacionais especiais para trabalhar numa meta comum que seria a de garantir uma educação de melhor qualidade para todos. (MENDES, 2010, p.35)

Diante o exposto, nos leva ao inquestionável desejo de continuarmos nessa direção de estudos e análises sobre as políticas públicas educacionais, suas implementações, entendendo os empasses e criando pontes para continuar avançando por uma educação efetiva, emancipadora, de inclusão e que possa contribuir para uma escola melhor, uma sociedade melhor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, L. G. Desafios do coordenador pedagógico no processo de inclusão de alunos com deficiência no ensino regular. In: PLACCO, V. M. N. de S.; SOUZA, V. L. T. (org.). *O coordenador pedagógico e o atendimento à diversidade*. São Paulo: Edições Loyola, 2015. p. 141-157.

BAUCH, K. B. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_ufpr_edespecial_artigo_katia_belasque_bauch.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

BEDAQUE, Selma Andrade de Paula. Por uma prática colaborativa no AEE: atendimento educacional especializado. 1. ed. Curitiba: Appris, 2014.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 22 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 20 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 19 abr. 2025.

CEARÁ. Secretaria da Educação. Documento Curricular Referencial do Ceará: educação infantil e ensino fundamental. Fortaleza: SEDUC, 2019.

CHALITA, Gabriel. Educação: a solução está no afeto. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Gente, 2004.

CURY, Augusto Jorge. Pais brilhantes, professores fascinantes. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 50. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

MANTOAN, M. T. E. O desafio das diferenças nas escolas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MENDES, E. G. Inclusão marco zero: começando pelas creches. Araraquara: Junqueira & Marin, 2010.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico. Cadernos de História da Educação, Uberlândia, n. 7, p. 29, jan./dez. 2008.

NETO, A. O. S. et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 31, n. 60, p. 81-92, mar. 2018.

SASSAKI, Romeu Kasume. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.